

A MISTIÇAGEM DA ALMA: LITERATURA, CRÍTICA E CIÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO RACIAL NO BRASIL PÓS 1870

Luciana MURARI¹

- RESUMO: No final do século XIX, as teorias raciais tornaram-se um elemento central no nacionalismo europeu, que buscava no fundamento étnico a origem das particularidades de cada nação. Tais teorias tiveram notável difusão no Brasil, onde alguns importantes intelectuais buscaram construir um argumento racial para o país a partir da adaptação de conceitos do racismo europeu. Neste contexto, a literatura e a crítica literária, como campos privilegiados para a construção do discurso nacional, desempenharam um papel de grande importância, ao buscar no estudo da questão racial as raízes da formação brasileira. Euclides da Cunha e Sílvio Romero são tratados neste artigo como alguns dos principais artífices do discurso racial na história do pensamento brasileiro. Para demonstrar o importante diálogo estabelecido, no contexto intelectual do período pós-1870, entre a atividade literária e o discurso científico, tomamos como contraponto a obra do médico Nina Rodrigues, tendo por objetivo sintetizar alguns componentes e conflitos da discussão a respeito da essência racial da identidade brasileira.
- PALAVRAS-CHAVE: Euclides da Cunha; Sílvio Romero; Nina Rodrigues; discurso nacional; teorias raciais.

O crítico literário Sílvio Romero pode ser considerado o personagem central da célebre “geração de 1870” – grupo de intelectuais que, a partir da crítica ao modelo romântico e ao ecletismo filosófico dominantes até então, buscou renovar o pensamento social brasileiro, tornando-o mais dinâmico e afinado com as idéias de progresso e transformação social. Neste contexto, alcançaram notável repercussão junto à intelectualidade do país as correntes científicas em voga na Europa, como o positivismo, o evolucionismo, o darwinismo social, e as diversas correntes deterministas. Dentre essas últimas, o racismo científico, ou racismo, foi certamente a que teve maior repercussão e continuidade no pensamento social brasileiro, a partir dos estudos desenvolvidos pelo crítico literário Sílvio Romero. Um dos principais herdeiros dessa geração científicista e programaticamente anti-romântica foi Euclides da Cunha que, em sua obra clássica *Os sertões*, mesclou uma sofisticada linguagem literária a um discurso científico voltado para definir questões como a influência dos aspectos geográficos na formação social do país e a gênese de uma etnia caracteristicamente brasileira – a raça sertaneja. Os dois literatos participavam, assim, de um debate que

¹ Centro de Estudos Históricos e Culturais – Fundação João Pinheiro – 30770-470 – Belo Horizonte – MG – lmurari@hotmail.com.

alcançou importante ressonância na construção da auto-imagem do Brasil, e que teve também, entre seus luminares, o médico baiano Nina Rodrigues. Este, que prestou o devido tributo ao pioneirismo de Sílvio Romero, buscou definir os elementos da desordem e do conflito social no país e acabou assim desenvolvendo estudos pioneiros sobre a influência da cultura negra na formação do Brasil. Através da análise de obras destes três autores, observamos a convergência entre literatura, estudos sociais e ciência na vida intelectual do período pós-1870. Torna-se assim possível compreender a formação do argumento racial na história do pensamento social brasileiro.

As teorias raciais e o nacionalismo

Em conferência proferida em 1882, Ernest Renan buscava definir o que é uma nação e insurgia-se contra a vinculação, que se tornava cada vez mais comum em seu tempo, entre nacionalidade e origem etno-lingüística. Segundo ele, este é um dos “perigosos mal-entendidos” ligados à idéia, apenas aparentemente clara, do que é uma nacionalidade. Depois de tecer suas considerações a respeito da impossibilidade de atribuir a qualquer fator objetivo o poder de identificar ou justificar a existência das nações, o autor conclui que:

Nous venons de voir ce qui ne suffit pas à créer un tel principe spirituel: la race, la langue, les intérêts, l'affinité religieuse, la géographie, les nécessités militaires. [...] L'homme n'est esclave ni de sa race, ni de sa langue, ni de sa religion, ni du cours des fleuves, ni de la direction des chaînes de montagnes. Une grande agrégation d'hommes saine d'esprit et chaude de coeur crée une conscience morale qui s'appelle une nation. (RENAN, 1961a, p. 887)

Nós vimos o que não é suficiente para criar um tal princípio espiritual: a raça, a língua, os interesses, a afinidade religiosa, a geografia, as necessidades militares [...] O homem não é escravo nem de sua raça, nem de sua língua, nem de sua religião, nem do curso dos rios, nem das direções das cadeias de montanhas. Uma grande agregação de homens são de espírito e quentes de coração cria uma consciência moral que se denomina uma nação.

Definindo a nação como “princípio espiritual” ou “consciência moral”, Renan aponta a falácia do nacionalismo ao atribuir a ela uma autenticidade natural ou divina decorrente da preexistência de uma comunidade de atributos culturais, geográficos ou étnicos. Embora, em termos explicativos, como busca demonstrar o autor, esses fatores possam responder pouco a respeito do que é uma nação, eles foram intensamente explorados pelos movimentos nacionalistas e suas mitologias de criação da história, da unidade e da identidade nacional.

Ao contrário do que pregam os nacionalismos, as nações não são modos auto-justificados de dispor os indivíduos, mas construtos baseados na criação e

transformação cultural, “comunidades imaginadas”, na acepção de Anderson (1989, p. 15). Uma das criações do nacionalismo é o estabelecimento de uma continuidade artificial da nação com o passado, através da atribuição de estruturas imutáveis a algumas esferas da vida social, dotando-as de transcendência e sacralidade em oposição às freqüentes mudanças e inovações do mundo moderno. Produzindo uma forma de identificação e um sentido artificial de comunidade, o processo de “invenção das tradições” é exemplar a respeito dos mecanismos de elaboração simbólica do nacionalismo (HOBSBAWM, 1984). Farto repositório de criação cultural, o nacionalismo dota a nação de uma história que se alimenta tanto da lembrança, quanto do esquecimento e da ocultação de fatos do passado. A figuração de uma origem implica apagar os atos de violência decorrentes da eliminação de culturas preexistentes à cultura nacional, no processo de estabelecimento da ordem e da unidade da nação:

L'oubli, et je dirai même l'erreur historique, sont un facteur essentiel de la création d'une nation, et c'est ainsi que le progrès des études historiques est souvent pour la nationalité un danger. L'investigation historique, en effet, remet en lumière les faits de violence que se sont passés à l'origine de toutes les formations politiques, même de celles dont les conséquences ont été les plus bienfaisantes. (RENAN, 1961a, p. 890)

O esquecimento, e eu até diria o erro histórico, é um fator essencial da criação de uma nação, e é assim que o progresso dos estudos históricos é freqüentemente um perigo para a nacionalidade. A investigação histórica, com efeito, traz à tona os fatos de violência que ocorreram na origem de todas as formações políticas, mesmo daquelas cujas consequências foram as mais benéficas

Negando a “naturalização” do nacional a partir de sua identificação com uma origem étnica, ou com qualquer fator cultural, Renan defendia um conceito de nação de fundamento basicamente político, a nação como um **plebiscito diário**. O escritor observava, por outro lado, uma transformação radical no sentido do nacionalismo, que começava a se verificar. A ascensão das teorias da identidade racial das nações, tema fundamental da palestra de Renan, está relacionada à emergência de uma nova fase do nacionalismo europeu, compreendida entre os anos de 1880 e 1914. A partir das duas últimas décadas do século XIX, os movimentos nacionalistas incorporaram a idéia de que qualquer coletividade que se considerasse uma nação tinha o direito de advogar a formação de um Estado independente. Decorrente disso, o aumento do número de demandas pela autodeterminação nacional fez com que o elemento étnico e lingüístico se tornasse um critério fundamental para a definição de uma nação em potencial. Tanto os grandes movimentos migratórios quanto o desenvolvimento sem precedentes do conceito de raça na ciência social contribuíram para o aprimoramento da fundamentação étnica do nacionalismo. As ciências sociais adquiriram, nesta época marcada pelas revoluções, pelo liberalismo, pela democratização e pelo crescimento

dos movimentos operários, um conteúdo marcadamente político, voltado para a afirmação da unidade social e política dos estados-nações (HOBSBAWM, 1990).

Essa transformação no sentido do nacionalismo pode ser também relacionada a um amplo processo de negação dos ideais e valores igualitários ligados à Revolução Francesa e à filosofia dos direitos naturais, dentro do qual as teorias raciais tornaram-se uma das mais poderosas correntes de pensamento do século XIX. Na era das “utopias românticas”, a exaltação das virtudes e especificidades nacionais estava fortemente condicionada à realização de finalidades universais, ou seja, as utopias nacionais eram a revelação de desígnios universais, que se davam a ler na história das nações (SALIBA, 1991). Contudo, no final do século XIX, as doutrinas nacionalistas haviam-se despojado desses princípios universalistas e das tendências democráticas às quais estiveram até então vinculadas, associando-se à recuperação de normas tradicionais, hierarquias e valores fundamentados na idéia de desigualdade (OLIVEIRA, 1990). “É uma quimera de Jean-Jacques ver os homens como virtualmente iguais e diferenciados apenas pelas convenções sociais e pela educação”, escreveu o teórico racial Vacher de Lapouge (1896, p. 69), afirmando a incapacidade do homem de se libertar dos condicionamentos naturais que definiriam suas possibilidades de aperfeiçoamento.

Apesar de as primeiras formulações da teoria da desigualdade racial datarem do século XVIII², é no século seguinte que a idéia da diferença entre os homens passa por um processo de naturalização, convertendo-se em modelos científicos de pretensão universalizante e explicativa da história, através da idéia da correspondência direta entre as características raciais e os atributos morais dos indivíduos e, por extensão, das nações. Tendo em mente esta questão, nos utilizaremos aqui do conceito de Todorov (1993, p. 107), que define o “racialismo” como um conjunto de teorias e ideologias de caráter científico, em voga entre o final do século XVIII e meados do século XX, que atribuíam todo o movimento da história ao comportamento da variável raça. Racialismo difere de racismo, comportamento geral que não demanda fundo científico.

Ao expressar sua discordância em relação à conceituação etnográfica das nacionalidades, Renan postulava que, embora fundamentais para o estudo da história da humanidade, as considerações etnográficas não tinham aplicação política, uma vez que as principais nações européias eram as nações mais miscigenadas. A seus olhos, isso desautorizava a atribuição de uma “identidade racial” particular a cada uma dessas nações. Curiosamente, tendo elaborado alguns dos principais fundamentos do pensamento racista europeu, Renan mostrava-se alheio a uma sensível mudança

no sentido das teorias raciais. A idéia de desigualdade racial, anteriormente relacionada apenas aos três grandes grupos raciais da humanidade, passou a considerar diferenciações entre as etnias brancas, defendendo a unidade e a homogeneidade racial dentro de cada nação. Raça e nação tornaram-se, na verdade, praticamente sinônimos, graças à emergência do conceito fundamental do racialismo europeu do final do século XIX, o conceito de “raça histórica”. Reconhecendo que todas as nações européias eram compostas de populações muito miscigenadas, este conceito incorpora, até certo ponto, a idéia da mistura racial. O processo de formação nacional difere, na verdade, da formação de uma raça histórica: no decorrer de um lento processo histórico, a partir de componentes heterogêneos, constitui-se, na unidade de um território, sob a influência de iguais condições naturais e culturais, e em estado de endogenia, uma população homogênea e dotada de traços biológicos e culturais comuns. As etnias européias são, assim, definidas como etnias artificiais. Como explica um dos principais teóricos racialistas:

A raça não é o produto de um simples processo natural, na significação que esta palavra teve até o presente; é um produto do processo histórico [...]. A raça é uma unidade que, no curso de sua história, se produziu no desenvolvimento social, e por ele. Seus fatores iniciais são intelectuais: a língua, a religião, o costume, o direito, a civilização, etc. É mais tarde que aparece o fator físico, a unidade de sangue. Este é bem poderoso, é o cimento que mantém esta unidade (GUMPLOWICZ, 1944, p. 188).

Uma observação é, contudo, necessária: o racialismo³ incorporou a idéia da miscigenação à história das nações européias, mas condenou rigorosamente a mistura do branco com elementos das raças ditas inferiores, o negro e o amarelo. Mesmo entre as raças brancas, a miscigenação é vista no passado, e a defesa da unidade de sangue dentro de cada nação é tida como fator de progresso e contínuo aperfeiçoamento. A teoria racista se resume, assim, ao estudo de duas questões principais. Por um lado, temos a afirmação da inferioridade das raças negra e amarela. Estas são consideradas subalternas, imperfectíveis e incivilizáveis. A miscigenação de elementos da raça branca com os de “raça inferior” daria origem a seres fracos, degenerados, incapazes, desequilibrados física e psiquicamente. Por outro lado, há as diferenças entre os diversos ramos da raça branca, definidas como diferenças morais, espirituais ou como a “personalidade” de cada nação.

³ Baseamo-nos aqui no estudo de Todorov (1993) e num corpo de idéias comuns entre autores como Renan, Gobineau, Gustave Le Bon, Gumpowicz e Vacher de Lapouge. Há, contudo, diferenças importantes entre seus postulados. Os dois primeiros podem ser definidos como criadores de alguns dos principais fundamentos do racialismo, como o da hierarquia entre as três grandes raças humanas e a imperfectibilidade das raças não-brancas (Renan) e o conceito de degeneração pela mestiçagem (Gobineau), enquanto os três últimos escrevem num período em que as teorias raciais já estavam mais consolidadas.

No centro dessa visão da identidade racial está a idéia da nação como um organismo encerrado em suas fronteiras externas, entidade orgânica, unitária, homogênea e integrada, cuja diferença é deslocada para fora, para o estrangeiro,

For the political unity of the nation consists in a continual displacement of its irredeemably plural modern space, bounded by different, even hostile nations, into a signifying space that is archaic and mythical, paradoxically representing the nation's modern territoriality, in the patriotic, atavistic temporality of Tradicionalism. (BHABHA, 1990, p. 300)

Porque a unidade política da nação consiste em um contínuo deslocamento de seu irredimível espaço moderno plural, cercado por nações diferentes e mesmo hostis, em um espaço significativo que é arcaico e mítico, paradoxalmente representando a territorialidade da nação moderna, na temporalidade patriótica, atávica, do Tradicionalismo.

Na teoria racialista, a história da humanidade é lida como um processo de estabilização das raças históricas, que se tornam progressivamente mais diferenciadas entre si, enquanto dentro de uma mesma etnia seriam os indivíduos cada vez mais parecidos – “muitos como um”. A mitologia política da unidade, que sempre esteve ligada à doutrina nacionalista, reveste-se, assim, de um significado racial que reafirma o sentido de mobilização, interpretação e ordenação da realidade assumido por essas mitologias, neste caso no sentido de reforçar a coesão política dos estados-nações (GIRARDET, 1987).

As teorias racialistas exerceram grande influência sobre a intelectualidade brasileira que, a partir de 1870, dedicava-se a aplicar os conhecimentos científicos europeus ao estudo da realidade do país e à definição de uma identidade nacional. Como vimos, o racialismo é tanto uma teoria de afirmação das identidades nacionais européias, por meio da descrição de seus processos históricos de formação racial, quanto uma teoria da alteridade, voltada para a condenação das raças inferiores e da miscigenação. Para os intelectuais brasileiros apontava-se um impasse, uma vez que grande parte da população do país se classificava entre os não-brancos e os miscigenados. Isso não os impediu, contudo, de produzir peculiares adaptações do racialismo ao caso brasileiro.

Em busca do homem brasileiro: a sub-raça sertaneja, o branco presumido, os indivíduos perigosos

“Não há um tipo antropológico brasileiro”: é por uma negativa categórica que inicia Euclides da Cunha (1985, p. 158) sua análise racial do Brasil. Feita esta constatação, o escritor se põe a enfatizar o caráter dualista que caracteriza sua visão da sociedade brasileira, dividida entre o “litoral”, as regiões civilizadas e modernas do país, e o “sertão”, retrógrado e alheio aos progressos sociais. É a partir de uma das

teorias de formação de raças históricas, a “luta de raças” de Gumplowicz⁴, que Euclides da Cunha descreve o processo de formação da população sertaneja. Nos sertões do Norte, com a submissão do indígena pelo branco e a conseqüente fusão das duas etnias, foi gradualmente se formando uma nova sociedade, unida por vínculos religiosos e culturais. O isolamento, a rejeição de fatores externos e o afastamento em relação à civilização (ou seja, o caráter retrógrado do mundo sertanejo) teriam fornecido condições de endogenia capazes de propiciar uma lenta estabilização e homogeneização racial no sertão. Conclui-se que se “de fato não temos unidade de raças [...] nos vários caldeamentos operados em encontrei no tipo sertanejo uma subcategoria étnica já formada” (1985, p. 580). Essa raça do sertão seria o “cerne vigoroso da nossa nacionalidade, a rocha viva de nossa raça”, algo como a semente de uma futura raça histórica brasileira (1985, p. 167, 559).

Em “O Homem”, segunda parte d’*Os sertões*, Euclides da Cunha afirma que apesar de (e **mesmo porque**) retrógrada, a raça sertaneja é uma etnia forte, consolidada, íntegra e, portanto, apta a assimilar a civilização. O escritor abstrai aí a condenação do racialismo europeu à mistura do elemento branco com as raças inferiores, no caso o indígena, e prefere desconhecer o postulado da incapacidade dos mestiços das raças inferiores de apreender as conquistas da ciência e as formas modernas de vida social. Ao homem do sertão, opõe-se a população do “litoral”, ou seja, das regiões mais progressistas do país que, com uma maior presença do negro, e sob o constante influxo de novos elementos, não teriam condições de estabilização racial. Enquanto atribui ao sertanejo a estabilidade e a força de uma raça histórica, é a partir dos estigmas que o racialismo europeu impõe ao mestiço que Euclides da Cunha caracteriza a população do litoral: neurastênica, instável, desequilibrada, incapaz de formar uma sociedade, amorosa, impulsiva, dependente da cópia, ou, em uma palavra, degenerada.

Em oposição a este sentido de dualidade que define o estudo de Euclides da Cunha, Sílvio Romero busca abstrair as realidades regionais e explicar a formação racial do Brasil em sua generalidade. Considerando os estudos raciais “a base fundamental de toda a história, de toda a política, de toda a estrutura social, de toda a vida estética e moral das nações” (1912, p. 148), Sílvio Romero afirma, como Euclides da Cunha, a inexistência de uma unidade e uma identidade racial no Brasil. Seria, contudo, observada a presença no país de “sub-raça mestiça e crioula” distinta da raça européia que deu origem a ela (ROMERO, 1943, p. 84). Se por um lado toda a particularidade do Brasil como nação adviria da mestiçagem, da “energia étnica” do “cadinho de raças”, por outro, os mestiços seriam apenas uma etapa de transição em direção à estabilização racial do país. Esse processo consistiria na progressiva dissolução da influência dos negros e índios puros para a formação de uma população de “brancos

⁴ Considerado por Euclides da Cunha **maior do que Hobbes**, o sociólogo polonês Gumplowicz chegava ao Brasil através das versões francesas de seus livros, e é também muito citado por Manoel Bomfim (CUNHA, 1985, p. 86; BOMFIM, [19--], p. 305).

presumidos” (ROMERO, 1943, p. 86). A estabilização da mistura de raças resultaria, segundo Romero, no progressivo branqueamento do brasileiro, graças à extinção do índio, ao fim do tráfico de escravos e à continuidade da colonização branca. Com isso, a população brasileira alcançaria uma homogeneidade cada vez maior, chegando no futuro a constituir uma etnia estável e branca, apta a assimilar a civilização.

A miscigenação responderia, portanto, pela consolidação de uma futura unidade étnica do povo brasileiro, por meio da harmonização das três raças, assim como por tudo aquilo que o homem brasileiro viria a ter de distinto em relação ao europeu. A mistura racial teria sido também, na visão de Romero, um fator de grande relevância para a adaptação do elemento branco ao ambiente tropical. Ao mesmo tempo, a incorporação do negro teve, para o autor, a importância de favorecer o desenvolvimento das capacidades de imaginação e de sentimento, que caracterizariam a expressão brasileira. Tendo marcado profundamente a cultura do país, a mistura racial teria conferido a ela um caráter eminentemente democrático, proporcionando a progressiva eliminação das diferenças sociais rígidas. A miscigenação é, portanto, não apenas um fenômeno biológico, mas um processo social e cultural que fundamentaria a identidade brasileira – a **mestiçagem da alma**.

Uma das maiores contribuições da análise de Sílvio Romero para o estudo da formação da sociedade brasileira foi o pioneirismo de sua ênfase na importância do negro e em sua influência na cultura brasileira, que teria sido bem maior que a do indígena. Romero se opunha, assim, ao que chamava, ironicamente, o “Partido Indianista”, intelectuais que, como Capistrano de Abreu e Araripe Jr., tomavam o indígena como o principal elemento diferenciador do brasileiro em relação ao europeu⁵. O negro é, nos escritos de Sílvio Romero, o grande agente definidor da especificidade da cultura brasileira em relação ao fundamento social e intelectual legado ao país pelos portugueses. Ao contrário da improdutividade do índio, o negro é visto como participante e colaborador da obra da colonização, tendo se imiscuído em todos os setores da vida nacional.

Quando se põe a teorizar o futuro surgimento de uma raça branca e estável no Brasil, Sílvio Romero chega a ser otimista e até mesmo a visualizar aspectos positivos na mestiçagem do português com membros das raças ditas inferiores, tendo em mente seu futuro desaparecimento. Contudo, sua análise da realidade presente do país se aproxima bastante das conclusões de Euclides da Cunha a respeito dos “mestiços neurastênicos do litoral”. O resultado da fusão de um ramo já desacreditado⁶ da raça

branca e uma raça “inferior” é, na descrição do autor, um homem desprovido de identidade:

O brasileiro ficou um quase retrato do português. [...] Do consórcio, pois, da velha população latina, bestamente atrasada, bestamente infecunda, e de selvagens africanos, estupidamente indolentes, estupidamente talhados para escravos, surgiu, na máxima parte, este povo, que se diz, se supõe grande, porque possui, entre outras maravilhas, ‘o mais belo país do mundo’ [...]. Assim deverá se assinalar por suas próprias posições, seguindo-as passo a passo até hoje, as causas do nulo desenvolvimento de nossas letras e da nenhuma originalidade do nosso gênio. (ROMERO apud MENDONÇA, 1938, p. 74-5)

Aplicadas ao Brasil por Sílvio Romero, as teorias racialistas afirmam nesse momento mais ausências do que identidades. Contudo, a influência do autor e de sua análise da mestiçagem, principalmente como processo cultural e social, se mostrou bem ampla e duradoura. Além disso, defendendo a afirmação do negro como “objeto de estudo”, Sílvio Romero exerceu forte influência sobre a obra de outros autores, como Nina Rodrigues. Este concentrou seus estudos sobre o processo de “individuação pátria” na busca das anormalidades orgânicas e sociais da população brasileira, em grande parte atribuídas à presença do negro. A análise de Nina Rodrigues se aproxima também de Euclides da Cunha, concentrando-se, como na obra do autor d’*Os sertões*, nos estudos de casos e na observação factual, e menos nos grandes ensaios de generalização.

Nina Rodrigues acredita que sua contribuição às análises da “condição brasileira” seria aplicar ao país as teorias da antropologia criminal em voga no final do século XIX e início do século XX (RODRIGUES, 1939, p. 214). Parte do mesmo movimento cientificista e evolucionista que trouxe ao Brasil as teorias raciais, a antropologia criminal positiva reuniu conhecimentos da sociologia, da antropologia, da medicina, do direito e da estatística para estabelecer as causas dos desvios sociais, principalmente da criminalidade. Uma das idéias básicas dessa escola é que o criminoso é um indivíduo marcado pelo atavismo, ou seja, por uma forma de degeneração biológica caracterizada pela manifestação de traços psíquicos e físicos próprios ao homem selvagem e às etapas primitivas do desenvolvimento da humanidade. As raças inferiores são consideradas pela antropologia criminal⁷ análogas ao selvagem, encontrando-se ainda na “infância da humanidade” e, portanto, predispostas a cometerem atos criminosos.

à colonização do país por imigrantes de origem anglo-saxônica: “Se deve aos povos fracos aconselhar que busquem exemplo nas grandes nações criadoras; eu avisara os brasileiros das vantagens que lhes podem advir da lição das gentes anglo-germânicas, corrigindo as debilidades latinas, pois a eles estaria reservado o papel histórico, já vinte vezes cumprido, de tonificar de sangue e idéias os povos latinos, célticos e ibéricos do meio-dia” (ROMERO, 1978, p. 104).

⁷ Essas idéias são mais fortes na chamada escola italiana de antropologia criminal, que tem como maior expoente Cesare Lombroso, e que se concentra na determinação da constituição fisiológica do criminoso. Esta escola predominou no Brasil e foi muito influente até a década de 1920, em contraposição a outras vertentes que davam maior atenção às determinações sociais da criminalidade. (SCHWARCZ, 1993).

A princípio Nina Rodrigues já descarta a existência de um tipo brasileiro definido, uma vez que “só podemos falar de um povo brasileiro do ponto de vista político. Do ponto de vista sociológico e antropológico, muito se passará antes de podermos considerar unificada a população do Brasil” (RODRIGUES, 1939, p. 153). Nina Rodrigues foi um crítico das idéias de Romero a respeito do futuro branqueamento do povo brasileiro, por não acreditar que o elemento branco fosse capaz de se sobrepor à influência negra e se tornar um fator de criação de uma unidade racial⁸. Com base nas teorias psiquiátricas e criminológicas em voga no final do século XIX e o início do século XX, ele tentou, em estudos sobre movimentos populares, epidemias e manifestações religiosas, demonstrar a predisposição da população brasileira, em sua maioria miscigenada e com forte influência das ditas raças inferiores, a ser conduzida a atos de ruptura da ordem, crimes, violência, messianismo e patologias de fundo histórico. Isso representa um significativo desvio de ênfase em relação à antropologia criminal que se desenvolvia na Europa. O ponto de vista étnico é relativamente pouco explorado pela criminologia européia, mas se converte, na obra de Rodrigues, no principal determinante das características da população brasileira. Exemplos disso são as idéias do autor a respeito de um caso descrito como uma manifestação de

loucura epidêmica: Outra coisa que tem influído poderosamente, na Bahia, sobre o desenvolvimento da epidemia, foi a predominância numérica da raça negra e de seus mestiços na população [...] as danças e sobretudo as danças sagradas a que se entregam tão apaixonadamente, os negros constituem um poderoso agente provocador da histeria. (RODRIGUES, 1939, p. 121)

Não acreditando na estabilização racial do povo brasileiro com base no elemento branco, Nina Rodrigues demonstra-se pessimista em relação ao futuro do país. Seu diagnóstico é especialmente sombrio porque, segundo ele, os membros das “raças inferiores” são incapazes de assimilar completamente a civilização, estando sempre propensos a cometer atos que os remetem à sua natureza bárbara. De acordo com os ensinamentos das teorias raciais da época, cada grupo étnico apresenta uma capacidade determinada de desenvolvimento cultural, sendo impossível impor aos “povos subalternos” as conquistas da civilização, seu senso de liberdade, justiça, ordem e moralidade. Além disso, o autor faz uso de tais teorias para demonstrar a influência altamente negativa da miscigenação, fator de enfraquecimento da organização física e psíquica do povo brasileiro. Tal idéia não tem apenas um fundo fisiológico: também a

fusão de religiões e culturas distintas é considerada potencial causadora de desequilíbrios sociais. Ao contrário das virtudes da “mestiçagem da alma”, observadas por Romero, Nina Rodrigues teme o rebaixamento da civilização branca, que vinha se deixando “contaminar” pela influência dos negros, o que consistia em uma verdadeira ameaça à integridade da civilização branca no país.

As idéias de Nina Rodrigues encontram paralelo nas posições defendidas por Euclides da Cunha na “Introdução” e na terceira parte d’*Os sertões*, quando o autor se propõe a relatar e interpretar os fatos da Guerra de Canudos. Ambos demonstram, frente aos conflitos e anormalidades sociais observados no Brasil, sua preocupação com a manutenção do país nos rumos do progresso e nos moldes da civilização européia. Para Euclides da Cunha, o grande desafio do país é a superação da dualidade que caracteriza toda sua visão da sociedade brasileira, uma vez que o sertão “desequilibra tanto o ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional” (CUNHA, 1985, p. 496). Forjar a unidade acaba por ser a tônica de seu discurso. No corpo da obra, a reversão da idéia do caráter dual da sociedade brasileira nasce de uma crescente indiferenciação, na narrativa da guerra, entre os representantes da civilização e os retardatários sertanejos.

É apenas nos momentos de luta, violência e destruição que a unidade do corpo nacional parece estar mais presente aos olhos de Euclides da Cunha. Essa unidade na barbárie – a indiferenciação – deve ser, contudo, na visão do autor, substituída por uma unidade pela civilização. Neste sentido, a guerra acabou adquirindo, em alguns momentos da obra de Euclides da Cunha, o sentido de uma “missão civilizadora”, uma incursão da modernidade nas áreas periféricas, como parte de um processo de eliminação das “raças retrógradas” da população nacional, dentro do qual “a campanha de Canudos tem a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa” (CUNHA, 1985, p. 86). Observe-se que, embora constitua uma etnia forte e sólida, o homem sertanejo é visto como “inferior” pelo homem do litoral porque não se civilizou. Ou seja, o escritor substitui aí o padrão étnico por um padrão cultural. A idéia de que os sertanejos seriam “a rocha viva da nossa raça”, em oposição à estrutura debilitada do mestiço do litoral, perde toda a força, à medida que a integridade moral, física e orgânica da raça nada vale se esta raça não se civiliza e permanece retrógrada.

Num outro trecho da obra, Euclides da Cunha vem reforçar o sentido de “missão civilizadora” que adquiriria a guerra, afirmando que

havia um inimigo mais sério a combater, em guerra mais remorada e digna. Toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes patricios retardatários. (CUNHA, 1985, p. 499)

⁸ O próprio Sílvio Romero fez sua autocrítica. Essas idéias, defendidas em suas primeiras obras, como a *História da Literatura Brasileira*, foram fundamentalmente revistas pelo autor que, em escritos posteriores, demonstra profunda desesperança com relação às possibilidades de branqueamento, de superação dos prejuízos da mestiçagem e, conseqüentemente, de consolidação de uma raça forte e homogênea no Brasil. É essa a posição adotada em seus *Estudos Sociais*, de 1912. De acordo com Cândido, tal mudança se deve à assimilação de novas influências intelectuais, como racismo político de Chamberlain. (CANDIDO, 1988)

Logo, a guerra *seria* um crime, se não viesse a ter um grande valor como parte de um processo amplo de generalização dos padrões da modernidade dentro do território nacional, através da eliminação das etnias retrógradas, “destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização” (1985, p. 85). Esvai-se a crença de que o sertanejo seria o cerne de uma futura raça histórica brasileira, apto por sua integridade orgânica a assimilar corretamente o progresso e a vida civilizada.

Também para Nina Rodrigues, a garantia da unidade nacional está na civilização. As populações mestiças, predispostas ao crime e à loucura, são vistas como constantes ameaças à paz social e ao domínio da cultura branca no Brasil, o que justificava a intervenção do saber médico na sociedade. O problema da incorporação desses “indivíduos perigosos” ao sistema político e institucional brasileiro foi tratado pelo autor a partir da questão da responsabilidade penal. Afirmando a inadequação da formação étnica do povo brasileiro à civilização européia implantada no país, Nina Rodrigues chega até mesmo a considerar a possibilidade de restrição da responsabilidade legal dos mestiços. Essa medida era sugerida pela antropologia criminal italiana, uma vez que se considerava que o crime é um resultado da conformação física e psíquica anormal do criminoso, e não um ato consciente e voluntário. Nas palavras de Nina Rodrigues:

tão absurdo e iníquo, do ponto de vista da vontade livre, é tomar os bárbaros e selvagens responsáveis por não possuir ainda esta consciência, como seria iníquo e pueril punir os menores antes da maturidade mental, por já não serem adultos ou os loucos por não serem sãos de espírito. (RODRIGUES, 1957, p. 79)

Rodrigues observa, contudo que a adoção dessa medida era completamente inviável, pois, segundo ele, os mestiços brasileiros encontravam-se em diversos graus de desenvolvimento psíquico, sendo que alguns poderiam até mesmo ser nivelados com a raça branca. A atribuição da responsabilidade deveria se dar, assim, de acordo com o estudo de casos individuais. O autor acaba, como Euclides da Cunha, substituindo o critério racial por um critério cultural, única forma de diferenciar os mestiços “civilizados” dos mestiços “selvagens”.

A dimensão da implausibilidade

Não foi preciso esperar que as teorias racialistas fossem definitivamente suplantadas para que se ouvissem as primeiras críticas à utilização das teorias etnográficas européias para a análise do caso brasileiro:

Todos os exageros científicos têm seu limite no tempo e no espaço. A comparação e os sucessos posteriores à doutrina acabam por tirar-lhe o útil, e, desprezando o extravagante, fazem-na entrar na ordem universal e na marcha histórica da humanidade, que ela tentou perturbar. É o que vai acontecendo com

a teoria dos filósofos puramente biólogos, que tudo querem reduzir ao seu ponto de vista de ratos de laboratório. O fator que excede a todos em ensinamentos é o da sucessão das idéias na vida da humanidade [...]. Não necessitamos, portanto, para salvar o solo do Brasil, eliminar o povo, que o tem legado com lágrimas e suor, e chamar a conquista européia ou americana como único meio de fazê-lo florescer e de libertar esta terra da ‘humildade do negro, da indolência do índio e da incapacidade do português’. (ARARIPE JR., 1978, p. 378-379)

Os impasses e as contradições do pensamento brasileiro da época, em que as fundamentações étnicas do atraso brasileiro adquiriam notável generalidade, já pareciam claros a um contemporâneo de Euclides da Cunha, Sílvio Romero e Nina Rodrigues. Araripe Jr, e outros críticos da utilização das teorias raciais européias no Brasil, como Manoel Bomfim e Clóvis Beviláqua, relativizam as doutrinas raciais, chamando a atenção ora para a observação da realidade brasileira, onde muitos mestiços davam mostras de talento e distinção social, ora para a “essência imperialista” destas teorias. A necessária diferenciação entre racialismo e racismo não implica ignorar que a assimilação do pensamento racial europeu no Brasil se deu em conformidade com interesses políticos e culturais da elite brasileira, fundamentando um pensamento autoritário e conservador que contribuiu para a afirmação do estatuto social da classe política no país, que não raro combinava liberalismo e racismo. Mesmo não tendo assumido uma expressão legal, as interpretações racialistas da sociedade brasileira legitimaram práticas discriminatórias, como por exemplo a repressão das manifestações culturais e religiosas dos grupos negros. Tratava-se de criar um novo estatuto de inferioridade para a população do país, em virtude do fim da escravidão: era necessário converter **escravos em negros** (VENTURA, 1991, p. 60; CORREA, 1982).

Uma certa perplexidade diante da obra desses autores explica o que Renato Ortiz (1986, p. 13), estudando a aplicação das teorias raciais ao caso brasileiro, chama de “a dimensão da implausibilidade” de tais interpretações. Acreditamos que, embora problemáticas, as idéias desses autores não podem ser taxadas de “implausíveis”, uma vez que não estão descoladas do conteúdo do nacionalismo em nível internacional, e nem da realidade política de um país recém-egresso da escravidão. A longevidade e os desdobramentos da metáfora do “cadinho de raças” de Sílvio Romero demonstram o quanto a idéia de um fundamento racial da originalidade brasileira se enraizou na cultura do país. Não se pode advogar, por outro lado, que se tenha conseguido forjar um argumento racial coerente e bem ajustado ao caso brasileiro. Idéias como a da etnia sertaneja como cerne da nacionalidade, assim como a afirmação dos benefícios da mestiçagem na cultura brasileira, são construídas e desconstruídas num discurso onde o racial e o cultural estão desde já em constante intercâmbio. Neste ponto, é ilustrativo que, para se referir a Antônio Rebouças, engenheiro negro por quem nutria

grande admiração, Euclides da Cunha (1913, p. 269) tenha criado o epíteto “ariano bronzeado”, transformando um negro (pela raça) em branco (pela cultura).

A aplicação das teorias raciais ao caso brasileiro merece um capítulo à parte na longa discussão a respeito da originalidade e da cópia na cultura brasileira. Gostaríamos de destacar, nesse caso, um único ponto, que Schwarz (1987, p. 47-48) denomina “a parte original no imitado”. Acreditando que “poucas populações como a do Brasil está em condições de oferecer à escola criminalista italiana uma confirmação mais brilhante das doutrinas que ela defende”, Nina Rodrigues se pôs a estudar as manifestações de anormalidade da população brasileira, a partir de sua formação étnica e dos estigmas das “raças inferiores”, o que por si só já é, como demonstramos, uma ênfase distinta em relação à matriz européia (RODRIGUES, 1939, p. 154). Em seu estudo do movimento messiânico de Canudos, o médico busca confirmar, através do exame craniométrico de Antônio Conselheiro, seu diagnóstico prévio de degeneração e manifestação atávica. O exame demonstra, contudo, tratar-se de um crânio completamente normal. Em outro estudo, sobre o bandoleiro baiano Lucas da Feira, mais uma vez o resultado do exame viria contrariar as hipóteses do estudioso. Nina Rodrigues não esconde sua decepção com esses resultados: ao contrário das expectativas, o Brasil não parece capaz de se tornar a confirmação das teorias da escola italiana. A solução para o problema está em um novo desvio de ênfase que faz com que os elementos psicológicos e as questões sociológicas adquiram cada vez maior destaque em relação ao estudo das condições fisiológicas, o que relativiza a importância do problema étnico. Em sua busca dos desvios do meio social brasileiro, o autor acaba por produzir estudos pioneiros sobre grupos sociais específicos, suas manifestações culturais e religiosas, através de análises antropológicas de alcance cada vez mais amplo. Estudando esses grupos em seus próprios termos, Nina Rodrigues demonstra a multiplicidade e a complexidade do espaço cultural brasileiro. Vemos que o conhecimento da própria realidade brasileira através de estudos empíricos exige uma mudança de rumo em relação ao que seria uma mera cópia. Uma análise que pretendia fazer o percurso do particular para o coletivo e do coletivo para o nacional se vê forçada a fazer, a partir daí, seu caminho de volta.

MURARI, Luciana. The Miscegenation of the Soul: Literature, Criticism and Science in the Construction of the Racial Discourse in Brazil after 1870. *Itinerários*, Araraquara, n. 23, p. 175-190, 2005.

- *ABSTRACT: At the end of the 19th century, racial theories became a central element in European nationalism, which tried to explain the origins of national identity on ethnical grounds. Such theories were largely diffused in Brazil, where some eminent writers and intellectuals tried to create a Brazilian racial thesis adapting those European concepts. In this context, literature and literary criticism, as privileged*

fields for the construction of a national discourse, had an important role when they tried to locate in the study of the racial questioning the roots of the Brazilian identity. In this paper, Euclides da Cunha and Silvio Romero are considered two of the most influent contributors to the national identity argument in the history of Brazilian social thought. To exemplify the important dialogue between literature and science from 1870 on, the writings of the physician Nina Rodrigues are taken into consideration. He aimed to explain social conflicts in Brazil by means of European social-psychiatric theories. This paper tries to summarize some elements of this debate, examining the works by Euclides da Cunha, Silvio Romero, and Nina Rodrigues.

- *KEYWORDS: Euclides da Cunha; Silvio Romero; Nina Rodrigues; national discourse; racial theories.*

Referências

- ABREU, C. de. **Ensaio e estudos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- ANDERSON, B. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- ARARIPE JÚNIOR, T. A. **Teoria, crítica e história literária**. São Paulo: Ed. USP, 1978.
- BHABHA, H. DissemiNation: time, narrative, and the margins of the modern nation. In: _____ . **Nation and Narration**. London: Routledge, 1990.
- BOMFIM, M. **A América Latina**. 2.ed. Rio de Janeiro. A Noite, [19--].
- CANDIDO, A **O método crítico de Silvio Romero**. São Paulo: Ed. USP, 1988.
- CORREA, M. **As ilusões da liberdade**: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. 1982. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CUNHA, E. da. **À margem da história**. 2.ed. Porto: Imprensa Moderna, 1913.
- CUNHA, E. da. **Os Sertões**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GUMPLOWICZ, L. **La lucha de razas**. Buenos Aires: Editorial FAS, 1944.
- HOBBSAWM, E.J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOBBSAWM, E. J. Produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBBSAWM, E. J.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LAPOUGE, G. V. de. **Les sélections sociales**: cours libre de science politique. Paris: Thorin & Fils, 1896.

- MENDONÇA, C. S. de. **Silvio Romero: sua formação intelectual (1851-1880)**. São Paulo: Editora Nacional, 1938
- OLIVEIRA, L. L. de. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RENAN, E. Qu'est-ce qu'une nation?. In: _____ . **Oevres complètes**. Paris: Calmann-Lèvy, 1961a. v.1.
- RENAN, E. La réforme intellectuelle et morale en France (1817). In: _____ . **Oevres complètes**. Paris: Calmann-Lèvy, 1961b. v.8.
- RODRIGUES, R. N. **As colectividades anormaes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.
- RODRIGUES, R. N. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Salvador: Livraria Progresso, 1957.
- ROMERO, S. **Estudos sociais**. 2.ed. Lisboa: A Editora Limitada, 1912.
- ROMERO, S. **História da literatura brasileira**. 3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1943.v.1.
- ROMERO, S. **Silvio Romero**. São Paulo: Ed. USP, 1978. v.2.
- SALIBA, E. T. **As utopias românticas**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SCHWARCS, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARZ, R. **Que horas são?** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- TODOROV, T. **Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v.1.
- VENTURA, R. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

